



PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 3.416, DE 22 DE JUNHO DE 1982

Dá denominação a estabelecimento de ensino

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Januário Mantelli Neto, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Pastor Roberto Rodrigues de Azevedo" a Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Nossa Senhora de Fátima, em Sumaré.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 22 de junho de 1982.

a) JANUÁRIO MANTELLI NETO, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 22 de junho de 1982.

a) Sergio Coete, Diretor Geral

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

63.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 7 DE JUNHO DE 1982

PRESIDÊNCIA do Sr. Sylvio Martini

SECRETÁRIO, Sr. Vicente Botta

O SR. PRESIDENTE (Sylvio Martini — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30min abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus — Ademar de Barro — Agenor Lino de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antônio Rezk — Rubens Lara — Maurício Najjar — Armando Pinheiro — Málek Assad — Benedito Campos — Carlos Fernando Zuppo — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emílio Justo — Evandro Mesquita — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hélio Cesar Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Avila — Jairo Mattos — Januário Mantelli Neto — Jihei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storópoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Castello Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mário Ladeira — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabil Chedid — Nodoci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Dorst — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodósina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simionato — Vicente Botta — Wadih Helú — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares — Walter Mendes. Ausente, o Sr. Deputado Hatiro Shimomoto.

O SR. PRESIDENTE (Sylvio Martini — PDS) — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Vicente Botta — PTB) — Procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Sylvio Martini — PDS) — Convido o Sr. Deputado Vicente Botta para, como 1.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Vicente Botta — PTB) — Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 63.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Sylvio Martini — Assume a Presidência e abre a sessão.
- 2 — Wadih Helú — Lê carta aberta dos citricultores paulistas ao Presidente da República.
- 3 — Eduardo Matarazzo Suplicy — Discorre sobre a convenção do PDS. Crítica distribuição de favores por ambos os candidatos. Comunica a entrada de requerimento para a constituição de CEI para apurar o envolvimento da administração pública em tais fatos.
- 4 — Antonio Rezk — Concorde com o pronunciamento do Dep. Eduardo Matarazzo Suplicy e demonstra pessimismo sobre a apreciação de pedido de constituição de CEI pelo plenário. Encaminha requerimento de informações ao Executivo sobre a contratação de pessoal levada a efeito nos últimos doze meses, tanto na administração direta quanto indireta. Sauda, em seu dia, a liberdade de imprensa, por sua atuação.
- 5 — Irma Passoni — Apresenta pêsames à família do motorista do Dep. Hatiro Shimomoto. Tece críticas à forma de contratação dos motoristas da Casa e lê abaixo-assinado que esses funcionários encaminharam à Mesa. Concorde e reafirma acusações do Dep. Eduardo Matarazzo Suplicy. Denuncia irregularidades nos órgãos de administração pública estadual.
- 6 — Geraldo Menezes — Elogia a convenção do PDS e contesta pronunciamentos em contrário. Rebate crítica da Dep. Irma Passoni quanto a postos de saúde fechados. Diz esperar ver o desempenho da democracia do PMDB em sua convenção.

- 7 — José Storópoli — Acusa a Dep. Irma Passoni de estar fazendo proselitismo com os motoristas da Casa.
- 8 — José Felício Castellano — Em alusão aos princípios da democracia, aplaude a convenção do PDS. Discorre sobre o problema da fixação do preço da caixa de laranja.
- 9 — Agenor Lino de Mattos — Denuncia uma «verdadeira pirataria» no setor de medicamentos. Ressalta a posição de inferioridade da indústria farmacêutica nacional com relação à estrangeira.
- 10 — Ivan Espindola de Avila — Congratula-se pela 2.ª edição do livro «Provérbios na Linguagem de Hoje», da Sociedade Bíblica do Brasil.
- 11 — Roberto Purini — Defende a idéia de que o PMDB não deve aceitar o aumento do número de cadeiras na Câmara, já que isso é de competência exclusiva de uma Assembléia Constituinte.
- 12 — Emílio Justo — Reafirma a necessidade de conclusão da Rodovia Rio-Santos, entregue ao abandono e à erosão.

GRANDE EXPEDIENTE

- 12 — Fernando Moraes — Solicita a suspensão da sessão até as 16h29min.
- 13 — Presidente Sylvio Martini — Acolhe o pedido e suspende os trabalhos até as 16h29min. Reabre a sessão 1h20min. após. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia seguinte, à hora regimental, e lembra a realização de sessão solene, já convocada, em comemoração à I Semana Fernando Costa. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Sylvio Martini — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Manoel Sala. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Carlos Mesquita. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Wadih Helú.

O SR. WADIH HELÚ (PDS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, dias atrás estivemos na região de Bebedouro e tomamos conhecimento da situação aflitiva dos citricultores da região. Estão preocupados porque até a presente data não houve a fixação de preços para a laranja e, com isso, o prejuízo está aumentando dia a dia.

Ontem, durante a realização da convenção do nosso Partido Democrático Social, tivemos a satisfação de receber nesta Casa um grupo de citricultores paulistas que nos entregaram um memorial que enviarei ao Sr. Presidente da República.

Peço vênha, Sr. Presidente, para ler os termos desse memorial, a fim de que conste dos anais desta Casa. O texto é o seguinte:

"DOS CITRICULTORES PAULISTAS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Carta Aberta

Senhor Presidente da República
Vossa Excelência não desconhece que é profundamente lamentável a situação da citricultura brasileira.

Após exaustivas reuniões com os industriais do setor, ainda não se encontra estabelecido o preço para a presente safra de laranja. E mesmo com a entrada do governo na mediação das negociações, o impasse continua. Já estamos no dia 6 de junho e não temos uma decisão sobre o assunto, quando, no ano passado, o preço foi estabelecido em fevereiro.

O resultado disso é que as frutas estão se perdendo nos pomares, os citricultores em dificuldades para saldar seus compromissos e o que é pior, milhares de trabalhadores vivendo um grave problema social: não trabalham, encontram-se de braços cruzados e sem condições de sustentar suas famílias.

Esta triste situação, que já há muito tempo vem preocupando a classe produtora, deve ser objeto de uma decisão urgente por parte de um governo desejoso de implantar uma verdadeira democracia, como é promessa de Vossa Excelência.

Por outro lado, é inadmissível que um governo que, segundo suas próprias autori-

dades, necessita aumentar cada vez mais suas exportações e receber com isso maiores receitas, deixe a citricultura brasileira — uma importante área de exportação — completamente desamparada frente a industriais inescrupulosos que formam um verdadeiro oligopólio e oprimem, com propostas aviltantes, os citricultores paulistas. O País já perdeu mais de 8 milhões de caixas de laranja (o que representa 25 milhões de dólares) e, caso o preço não seja estabelecido com a intervenção de Vossa Excelência, perderá, nos próximos dias, mais 20 milhões de caixas.

Apenas para ilustrar o clima dos entendimentos mantidos com os industriais, informamos que, na última reunião havida, dia 2-6, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Dr. Carlos Viçava, presente no encontro, considerou como "humilhante a proposta feita pelos industriais".

Esta carta aberta que enviamos a Vossa Excelência representa não só um apelo final e desesperador dos citricultores paulistas, mas também um grito de alerta considerando o momento político-eleitoral vivido pelo País.

Um governo que quer ganhar eleições não pode deixar que quase 1 milhão de trabalhadores fiquem numa situação tão aflitiva como a que estamos vivendo.

Faça-nos justiça, Senhor Presidente.
Citricultores Paulistas.

Esperamos que o Sr. Presidente da República tome conhecimento da situação aflitiva dos citricultores paulistas; que S. Exa. não se omita, que realmente se preocupe — como nós estamos preocupados com a situação daqueles que propiciam divisas para a nossa Nação e trazem os meios necessários para as condições de melhoria de todos aqueles que têm suas atividades voltadas para o campo da citricultura.

Esperamos que, como elemento de moderação, possa o Governo ser mediador entre o industrial e o produtor, porque na situação em que estão não podem continuar.

Sr. Presidente, pedimos que seja enviada cópia deste pronunciamento ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Sylvio Martini — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Málek Assad. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado João Gilberto Sampaio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Yunes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Osmar Ribeiro Fonseca. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rubens Lara. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Storópoli. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Emílio Justo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Vanderlei Macris. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Castello Branco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Sylvio Martini — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Francisco Dias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Eduardo Rodrigues. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Tomaz de Lima. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ivan Espindola de Avila. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado João Baptista Breda. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Marcelino Romano Machado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Rezk.

O SR. ANTONIO REZK (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem razão o nobre Deputado, vice-líder do PT nesta Casa, Eduardo Matarazzo Suplicy, pois não é possível saudar seu caráter democrático a Convenção do PDS de ontem. Ficou mais do que claro e evidente aos olhos da população deste Estado os métodos escusos utilizados pelos interessados do PDS, tanto de um lado como de outro, no "convencimento" dos delegados e a conulsa do seu voto na Convenção. Parece-me, e disso acho que ninguém mais tem dúvidas, que a corrupção neste País — a corrupção quase que legalizada — nem sequer se envergonha de se mostrar nua, à luz do dia e aos olhos de todo o mundo. Que alguns candidatos, postulando cargo eletivo ao Governo do Estado, utilizem o seu próprio dinheiro e os seus próprios recursos para comprar o voto do convencional, só por si já é um fato criminoso que merece ser denunciado. Imaginem a utilização de recursos públicos, a utilização de recursos que pertencem ao povo, de forma desavergonhada, com a distribuição de

empregos, forma indireta de se corromper através da destinação do dinheiro. Claro que estes fatos mancharam e marcaram, de forma indelevel, a convenção do PDS.

Não sei se a Presidência desta Casa sequer colocará em votação o pedido para a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito, proposta pelo nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. No entanto, deveria ter o voto unânime desta Casa, se é que o PDS ainda detém o poder neste Legislativo e tem interesse em apurar, de forma completa, essas denúncias, para que sobre os deputados também não pairam dúvidas. A Comissão proposta pelo nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy deveria ser o mais rapidamente apreciada, votada e constituída. Tem, no entanto, dado o precedente que já tivemos, inclusive com a indicação do Sr. Salim Curiali, que essa Comissão sequer seja apreciada pelo plenário.

Também estou encaminhando, Srs. Deputados, um pedido de informações. Não sei se o Executivo se dignará a respondê-lo. Mas, requeiro que o Executivo encaminhe todos os esclarecimentos necessários a este Poder Legislativo, principalmente sobre a contratação de pessoal, levada a efeito nos últimos doze meses, quer na administração direta, quer na administração indireta.

Lamentavelmente, não podemos aqui, hoje, como bem lembrou o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, saudar a convenção do PDS como um fato democrático, como um ato cívico e democrático, pelo caráter e pela forma como foram utilizados os instrumentos da administração pública, unicamente para corromper a vontade dos convencionais. Se não posso saudar o caráter democrático da convenção do PDS, quero, então, saudar a liberdade de imprensa, o dia que a imprensa comemora. Permite-se através dela, da informação livre, que tais fatos cheguem ao conhecimento do povo. Tenho certeza de que a população deste Estado, a 15 de novembro, fará o seu julgamento.

Apresento o seguinte:

"REQUERIMENTO N.º 182

Conforme denúncias amplamente veiculadas pela imprensa, a Convenção Regional do PDS — como, aliás, se esperava, por ser o feio de trabalho do Grupo Maluf — foi marcada por fortes e inaceitáveis pressões sobre os convencionais. O Jornal "Folha de S. Paulo" que circula hoje traz como manchete: "Delegados Sofrem Fortes Pressões".

Além das inúmeras e já conhecidíssimas denúncias generalizadas de corrupção eleitoral, surgem agora denúncias objetivas, particularizadas e apresentadas pelos próprios convencionais pressionados. É o caso, por exemplo, do Delegado do Município de Timburi, Sr. Ademir Silva Mirozzi que, exibindo sua Carteira Profissional para a imprensa, provava ter-lhe sido oferecido emprego na SABESP para votar no candidato Reynaldo de Barros. É óbvio que, agora, deverá ser imediatamente demitido.

Outro delegado, Sr. Jair L. Nascimento, este do Município de Presidente Epitácio, confessou "ter optado por Reynaldo depois de ter sido pressionado por Guilherme Afif".

Ora, os fatos citados, embora já conhecidos pelo público em geral, são evidentemente inaceitáveis, pela gravidade que encerram. Basta dizer que configuram claramente crime eleitoral tipificado pela legislação pertinente.

O artigo 299 do Código Eleitoral estatui: "Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer obstrução, ainda que a oferta não seja aceita".

Pena: Reclusão até 4 anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa".
Bem, se oferecer, dar, prometer dádiva, dinheiro ou qualquer outra vantagem a alguém para obter voto, com dinheiro próprio, já constitui crime eleitoral, é lógico que fazer o mesmo com o dinheiro do povo, além de muito mais grave, pode ser considerado um verdadeiro escândalo que não deve ficar isento de uma investigação mais aprofundada, condenando-se todos os responsáveis envolvidos.

Conhecedores da vergonhosa corrupção eleitoral que vem sendo constantemente praticada pelo Grupo Maluf que se utiliza inescrupulosamente dos cofres e dos recursos públicos,

Requeremos, à Egrégia Mesa, nos termos do inciso VI do artigo 7.º da Constituição Estadual, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando prestar a este Poder Legislativo, a seguinte informação: